

TRABALHO: SENTIDO DA VIDA!

Pedro Demo*

Abstract

This article discusses the importance of work in people's lives, assuming there is no end to this controversy. Contrary to presumptions, work is not a receding social category. In the framework of a knowledge-intensive society (relative surplus value), beyond the old society in which physical labor prevailed (absolute surplus value), it would seem that people work less, increasingly less. This is true only in a certain sense – for high-level work. For the vast majority, work is an inescapable desideratum; in such a way that the more time available, the more work is done – and generally only to survive. Work is not the meaning of life, but it is an integral part of it. Hence, it is still key to take into account that a life of alienation, such as Marx would put it, is a life of alienated labor.

Keywords: Work; Labor; Immaterial Work; Knowledge; Value; Concept; Self-realization; Political Theory.

Coloquei um ponto de exclamação no título para indicar que se trata de uma hipótese polêmica de trabalho, não de pretensa certeza. Não recupero aqui a “ética do trabalho”, de sentido nórdico, como imaginava Weber (2004)¹, por exemplo, mas retomo a noção original marxista do trabalho como categoria fundante da sociedade, no sentido de que poderia ser, pelo menos até certo ponto, a categoria que mais poderia unificar a sociedade em torno de objetivos comuns (Gorz, 2005)². As razões marxistas precisam ser revistas, até porque o trabalho não pode ser visto

como única atividade que produz valor, naquele sentido próprio da metade do século XIX (Negri/Hardt, 2004)³. O trabalho produtivo é um tipo de trabalho, ademais de não ser correto identificar trabalho produtivo com trabalho capitalista. Quando o ser humano descansa, pensa, se diverte, também trabalha... Aquela célebre metáfora da abelha que trabalha incansavelmente, mas sem previsão e planejamento, comparada ao trabalho humano consciente, sinaliza horizontes pertinentes de análise, mas seria esdrúxulo assumir que trabalho é apenas atividade consciente, planejada, organizada. As oito horas de sono por dia são trabalho, o trabalho que o corpo, de modo inconsciente ou subconsciente, realiza para manter-se. Talvez a noção de “valor” pudesse ser refeita: trabalho é toda atividade humana que gera algum valor, não apenas monetário, mercantil, mas vital, material ou imaterial. Muita polêmica! Não tenho qualquer pretensão – nem

condição – de dirimir a polêmica. Meu intento é apenas repor a discussão com outro contexto, tendo como um dos objetivos fundamentais a valorização do trabalho na vida humana (Antunes, 2000; 2005)⁴. Ao contrário do que se propala, numa visão eurocêntrica desabrida, trabalho não vai desaparecendo na vida das pessoas hoje, por mais que ciência e tecnologia permitam reduzir horas de trabalho produtivo mercantilizado, não só porque, saindo do local de trabalho, continuamos trabalhando, muitos de modo forçado sob o peso do assim dito trabalho precário, como também porque, se respirar também é trabalhar, quando cessa esta habilidade, cessamos! Ainda assim, não se quer consagrar o trabalho como tudo na vida, porque vida é muito mais. Quando uma categoria analítica pretende explicar tudo, tende a não explicar nada. Defendo apenas, como já fiz uma vez (Demo, 1999)⁵, que é preferível ver o trabalho com bons olhos...

* PhD em Sociologia pela Universidade de Saarbrücken, Alemanha, 1967-1971, e pós-doutor pela University of California at Los Angeles (UCLA), 1999-2000. Prof. Titular da Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Sociologia (Mestrado e Doutorado em Sociologia). Site: <http://pedrodemo.sites.uol.com.br/>. E-mail: pedrodemo@uol.com.br.

1. DELIMITANDO TRABALHO

O esforço de definição que aqui faço insere-se na discussão metodológica que ofereço no texto sobre “*metodologia do conhecimento científico*” (Demo, 2000)⁶, quando discorro sobre o que seria “definir”. Definir significa delimitar, colocar limites, levantar uma cerca em torno de algo que, de si, nunca cabe bem num cercado. Precisamos definir os conceitos, porque eles vazam por todos os lados, mas é crucial perceber que realidades complexas, não lineares, dialéticas não se reduzem a padronizações lineares (Demo, 2002)⁷. Assim como definir “vida” é pretensão perdida até hoje (Schrödinger, 1997; Davies, 1999)⁸, não é menos definir trabalho. Predominam estereótipos, e deles é mister livrar-se, ainda que isto nos leve a um terreno movediço, mas que é o terreno onde crescem boas categorias analíticas. Para simplificar, aponto dois estereótipos comuns, um mais latino, outro mais nórdico. Neste, reluz o trabalho como sentido maior da vida, o que leva a sinalizar sua face positiva acima de tudo. A vontade de trabalhar e de realizar-se no trabalho, entendido sempre como trabalho produtivo e que, no capitalismo, foi tornando-se trabalho rentável, estaria por trás da habilidade de desenvolvimento, como se cristalizou no dito americanista do *American way of life*, ou do *self made man*. Não importaria nascer pobre, pois, trabalhando duro, vence-se facilmente na vida. Este sempre foi o *American dream*, hoje possivelmente um dos maiores pesadelos do sistema neoliberal. No estereótipo latino, privilegia-se o trabalho como castigo, seguindo uma leitura da Bíblia (comer o pão com o suor do rosto). Na própria etimologia do trabalho aparece a sugestão de tortura. Ironicamente, o mundo nórdico tende a ser mais desenvolvido que o sulista latino, também dentro da Europa. Há aí diálogo de surdos, quando um lado assaca contra o outro preconceitos culturais, em particular quando pobreza é remetida *tout court*

... trabalho
expressa a
capacidade
humana de
fazer coisas e de
fazer-se sujeito,
num processo de
autovalorização

à incapacidade ou má vontade de trabalhar (O'Connor, 2001; Goode/Maskovsky, 2001)⁹. Não é muito diferente da querela surda entre sulistas e nordestinos no Brasil. Mais ao sul, lá de São Paulo para baixo, trabalha-se duro; mais ao norte, é carnaval o ano todo! Dispensável dizer o quanto tais estereótipos empanam uma realidade extremamente mais complexa, sem falar nos preconceitos injustos.

Negri e Hardt (2004)¹⁰ lembram que, para Marx (nos *Grundrisse*), o trabalho era fogo que dá a vida e forma. Referia-se ao “trabalho vivo”, do trabalhador em pessoa, não das máquinas e ferramentas. “*A afirmação do trabalho é a afirmação da própria vida*” (Negri/Hardt, 2004)¹¹. Esta frase, isolada, é excessiva, mas no contexto sugere que, por trás da constituição das sociedades, está o esforço coletivo das pessoas, para além dos estigmas capitalistas e do tempo picado. O capital, desde cedo, percebeu que o trabalho não se esvaía na idéia da produtividade mensurada pelas horas de esforço manual ou mesmo mental. No trabalho havia “*uma semente que repousa sob a neve, esperando a maturação, uma força vital ativa desde sempre nas redes dinâmicas de cooperação, na*

produção e reprodução da sociedade, que corre dentro e fora do tempo imposto pelo capital” (Id.)¹². Por conta desta percepção da criatividade indomável do trabalho humano, o capital não só se dedica a explorá-lo como fonte (para Marx, única) de valor, mas preocupa-se em discipliná-lo sob a forma do assalariamento. T tamanha criatividade tem que ser mantida com rédea curta, o que se percebe atualmente com as táticas de desregulação do trabalho – enquanto o capital ganha liberdade total, o trabalho é manietado a praças circunscritas onde pode ser visto e controlado (Matias, 2005)¹³.

O trabalho vivo é a força que, de dentro, determina constantemente não apenas a subversão do processo de produção capitalista, mas também a construção de uma alternativa. Em outras palavras, o trabalho vivo não apenas nega a sua abstração no processo de valorização capitalista e de produção de mais-valia, mas apresenta um esquema alternativo de valorização: a autovalorização do trabalho. Dessa forma, o trabalho é uma força ativa não apenas de negociação, mas também de afirmação. As subjetividades produzidas no processo de autovalorização do trabalho vivo são os agentes que criam uma sociedade alternativa, um conjunto de ‘pré-requisitos do comunismo’, já em ação na sociedade contemporânea. (Negri/Hardt, 2004)¹⁴.

Na percepção de Marx, entretanto, a superação do capitalismo não adviria pela via política da organização do trabalho, em primeiro lugar, mas pelas contradições internas objetivas do próprio sistema produtivo (Demo, 1995)¹⁵. Esta dialética “objetivista” sempre foi muito questionada, em especial na obra de Althusser (Althusser/Balibar, 1970; Althusser, 1971)¹⁶, mas, nos escritos centrais (em torno da obra *O Capital*), ele acentua, com positivismo indisfarçável comum à época, as condições objetivas. Em outros escritos (em especial em *A Comuna de Paris*) (Demo, 1985)¹⁷, condições subjetivas assomam como importantes também. Como é sabido, o conceito de trabalho ultimamente desgastou-se, confinado em geral na



assim dita ética capitalista e destituído de desejos e prazeres. Produzindo-se valor com o trabalho, desbordamos a esfera da mais-valia, em que é marcado pela lógica abstrata da mercadoria. Não é menos valor a produção da sociedade e das subjetividades, dos desejos e prazeres, das alternativas. Nesse sentido, trabalho não é só constitutivo da sociedade capitalista; é igualmente negação do capitalismo, à medida que trabalho, tomado em sentido vital amplo, não se reduz, jamais, à condição de mercadoria. Embora em toda mercadoria haja trabalho e seja

trabalho o que lhe dá valor, o trabalho está aí aprisionado e desfigurado. Para além disso, trabalho expressa a capacidade humana de fazer coisas e de fazer-se sujeito, num processo de autovalorização. Sua função é de ruptura, aparecendo, então, o papel histórico das condições subjetivas também: as lutas operárias contra o trabalho assalariado para transformar o próprio trabalho. As práticas sociais que criam valores vitais para a sociedade são, também, trabalho. É fundamental superar a sociedade-fábrica, na qual o trabalho é aviltado, para imaginar uma sociedade aberta e criativa, em que trabalhar é viver, conviver. É preciso também incluir no trabalho dimensões novas que surgem agora, como o ciberespaço, a presença virtual, a formatação multidimensional das expressões humanas. A visão de Marx, neste contexto, não é mais suficiente, como apontam Negri e Hardt.

As redes de cooperação de trabalho cada vez mais complexas, a integração do trabalho afetivo no espectro da produção, a informatização de uma vasta gama de processos de trabalho caracterizaram a atual mudança da natureza do trabalho. Marx tentava entender essas transformações através do conceito de *General Intellekt*, no qual fica claro, porém, que o trabalho do *General Intellekt*, mesmo tendendo à imaterialidade, não é menos corpóreo do que intelectual. Apêndices cibernéticos são integrados ao corpo 'tecnologizado', tornando-se parte da sua natureza. Essas novas formas de trabalho são imediatamente sociais, pois determinam diretamente as redes da cooperação produtiva que criam e recriam a sociedade. Parece, então, que, justamente quando o conceito de trabalho é marginalizado do discurso dominante, ele, na verdade, ocupa o centro do palco. É óbvio que a classe operária industrial perdeu sua posição central na sociedade, que a natureza e as condições de trabalho foram profundamente modificadas e também que o que era reconhecido como trabalho mudou radicalmente: mas são exatamente essas transformações que, em vez de marginalizar o conceito de trabalho, repropõem sua centralidade acentuada. Apesar da falência das

primeiras leis do valor-trabalho, que tentavam tornar compreensível o sentido da nossa história em nome da centralidade do trabalho proletário e da sua redução quantitativa à norma do desenvolvimento capitalista, não se pode negar uma série de fatos, determinações e consistências históricas: por exemplo, a organização do Estado e da sua lei está, em grande parte, ligada à necessidade de construir uma ordem de reprodução social baseada no trabalho, e a forma do Estado e da sua lei é transformada de acordo com as modificações da natureza do trabalho. Os horizontes monetários, simbólicos e políticos que sistematicamente são apresentados no lugar da lei do valor como elementos constitutivos do liame social servem para retirar o trabalho do âmbito da teoria, mas certamente não podem retirá-lo da realidade. De fato, na era pós-industrial, na qual assistimos à globalização do sistema capitalista enquanto sociedade-fábrica e ao triunfo da produção computadorizada, a presença do trabalho no centro da vida e a extensão da cooperação social através da sociedade tornam-se totais... O esvaziamento histórico do problema do trabalho corresponde à sua máxima plenitude como substância da ação humana... O mundo é trabalho. Quando Marx reconheceu o trabalho como substância da história humana, talvez tenha cometido um erro, não por ter avançado demais, mas por não ter ido longe o bastante. (2004)¹⁸.

Tomando essa discussão preliminar como pano de fundo, poderíamos sugerir que o conceito de trabalho vai muito além de sua versão capitalista. Gostaria, porém, de aventar que o problema central não é o capital, mas o capitalismo, no que divergiria de Mészáros (2002)¹⁹. Toda sociedade tem capitais (materiais e imateriais, recursos de toda ordem, uns abundantes, a maioria escassos), não estando aí o problema propriamente dito. O problema está na versão capitalista do capital. Embora a interpretação de Mészáros tenha base na obra de Marx, acredito ser um olhar unilateral, porque postula uma sociedade sem capital, o que, no mínimo, seria estranho. Trabalho é capital, mas não precisa ser capitalista. *Primeiro*, não cabe fechar o trabalho

na dimensão produtiva, muito menos produtiva capitalista, nem há que sugerir que o trabalho mais comum seja aquele da mais-valia absoluta (braçal, físico, com esgotamento do corpo através de muitas horas). Marx imaginava que a época da mais-valia relativa – produtividade com base em ciência e tecnologia – surgiria ainda em sua vida na Inglaterra, onde se encontrava à época, porque, segundo sua expectativa teórica, o socialismo só seria viável no capitalismo avançado, e o mais avançado era o inglês. Essa visão não se efetivou e somente apontou, em sentido mais concreto, um século depois, quando se delineou mais claramente o que se tem chamado de economia intensiva de conhecimento. Conforme tese comum hoje, conhecimento é a principal força produtiva. De um lado, a “força de trabalho”, no sentido do desgaste corporal, perde espaço; de outro, a produtividade pende para atividades imateriais dependentes de habilidades formativas humanas, como se observa nitidamente na sociedade informacional em rede (Castells, 1997)²⁰. Torna-se bem possível produzir mais e melhor com menor tempo de trabalho, porque esta medida já não é central. Saber pensar é muito menos uma questão de investimento temporal do que de habilidade e inteligência (Lewis, 2000; Schiller, 2000)²¹.

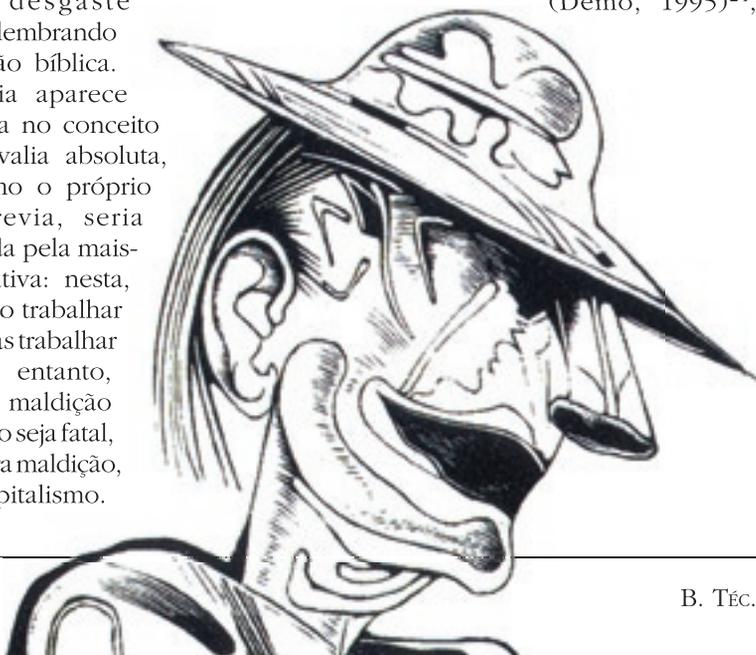
Segundo, não cabe encerrar o trabalho em atividades que pressupõem cansaço, esgotamento físico, desgaste corporal, lembrando a maldição bíblica. Essa idéia aparece com força no conceito de mais-valia absoluta, mas, como o próprio Marx previa, seria suplantada pela mais-valia relativa: nesta, não é caso trabalhar *muito*, mas trabalhar *bem*. No entanto, embora a maldição bíblica não seja fatal, surge outra maldição, a do capitalismo.

O trabalho, encurralado na dinâmica da mais-valia, é desgastante, porque, tratado como mercadoria, solapa as expectativas de auto-realização e de realização coletiva, sucumbindo à lógica abstrata da mercadoria (Kurz, 1996)²². Mesmo assim, haveria que fazer uma ressalva: há trabalhos desgastantes, e, apesar disso, compensadores, como seria, por exemplo, cuidar de criança pequena. Pode-se chegar à extenuação, mas alegraríamos, como regra, que vale a pena. O que seria inapropriado é um tipo irreversível de desgaste que já seria motivo para não poder trabalhar mais.

Terceiro, não cabe entender trabalho como atividade imposta de fora, interna ou externa ao capitalismo, porque, de si, trabalho é dinâmica autopoietica, como dizem alguns biólogos (Maturana/Varela, 1997; Maturana, 2001)²³. Significa que todo ser vivo é máquina que funciona de dentro para fora, na condição de sujeito relativamente autônomo, ao contrário das máquinas tecnológicas atuais: estas, como o computador, funcionam de fora para dentro, precisam de tomada, teclado, *softwares* e *hardwares*. Por isso, tais autores rejeitam o instrucionismo em educação, porque o cérebro humano não é como xérox que copia, reproduz, mas como dinâmica reconstrutiva, interpretativa. Essa percepção deu azo ao “construcionismo”, que, em metodologia, se chama “objeto construído” (Demo, 1995)²⁴,

reconhecendo-se que não trabalhamos com a realidade diretamente, mas com uma construção mental dela, do ponto de vista do observador. Maturana é questionado, em geral, por ser exagerado em seu construcionismo, corrigido, em parte pelo menos, por Varela (Varela/Thompson/Rosch, 1997)²⁵, com o conceito de “enação”: esta leva em conta também a pressão do meio ambiente (o que vem de fora), ainda que predomine o gesto autopoietico. Como a aprendizagem (Demo, 2004)²⁶, trabalho é dinâmica humana própria de sua natureza, e, assim como aprende a vida toda, porque num sentido forte, vida é aprendizagem, também trabalha a vida toda, porque, sendo trabalho dinâmica vital, se esta cessa, cessa a vida.

Quarto, caberia ver trabalho como produção e uso da energia vital humana, desde a necessária para manter-se vivo, quanto para produzir todo e qualquer perspectiva de valor. Para manter-se vivo, o corpo trabalha ininterruptamente, em especial para manter o cérebro em bom funcionamento. Quando dormimos, dizemos que estamos descansando e isto é, em grande parte, verdade. Mas o corpo não pára, continua respirando, bombeando sangue para todo o corpo, mantendo a temperatura. Para produzir, é imprescindível despender energia, desde produções extenuantes, até aquelas mais suaves, como pensar, poetar, conversar. Entre nós, não consta como trabalho o estudo, razão pela qual proibimos as crianças e adolescentes de trabalhar, mas não de estudar. Há aí confusão desnecessária: há que proibir trabalho estranho, forçado, aviltante. Há, porém, trabalhos próprios de crianças e adolescentes, como estudar, brincar, praticar esporte, fazer exercícios físicos. Na prática, queremos impedir o trabalho produtivo capitalista espoliador, e, numa penada, colocamos tudo no mesmo saco, como, de certa forma, faz o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Demo, 1999)²⁷. Preocupado em preservar as crianças e adolescentes para que se



desenvolvam adequadamente, o ECA esquece que, para desenvolverem-se bem, há que trabalhar muito e bem, como, por exemplo, estudar como afincos. O resultado é um conceito pífio de trabalho, colocado sempre sob suspeita, e que, pedagogicamente, torna-se trabalho de “mentirinha”, uma proposta muito pouco pedagógica. Imagina-se dar conta de uma problemática drástica e dramática como essa com pedagogias e assistências tipo “água benta”, deixando de lado o desafio da sobrevivência e, principalmente, o valor educativo que o trabalho pode ter.

Quinto, no eco da expectativa marxista do trabalho como gerador de valor, pode-se manter a idéia de que trabalho é toda atividade que gere valor vital, existencial humano. Por certo, o conceito de valor pode aguar-se irremediavelmente, porque já pode ser qualquer coisa. Entretanto, é possível ser mais preciso, se definirmos valor como todo processo e produto de atividade humana que seja capaz de auto-realização e de realização coletiva, material ou imaterial. Está em jogo aí toda produção e uso de energia humana com sentido realizador e auto-realizador. Valor pode ser aproximado a esta noção de realização e auto-realização. Nesta ótica, estudar pode ser trabalho extraordinariamente decisivo, mesmo sendo, por vezes extenuante, e até mesmo forçado (vestibular, por exemplo). Em certa idade, esse tipo de trabalho é obrigatório (ensino fundamental). Estipula-se isso por conta do valor que representa, tanto para realizar expectativas de sobrevivência e qualificação profissional, quanto principalmente para a auto-realização pessoal e coletiva. Nascer, viver e morrer é trabalho – nesse percurso fazemos muitas coisas e, sobretudo, nos fazemos. Caberia inserir trabalho no conceito de “politicidade” humana (Demo, 2002)²⁸, no sentido mais denso de atividade própria da natureza humana na sua dimensão existencial social. Entende-se por politicidade a habilidade humana – hoje reconhecida

nos animais também (Waal, 2000; Boehm, 1999)²⁹ – de construir espaços ampliados de autonomia, tomando, até certo ponto, o destino em suas mãos. Esta autonomia é claramente relativa, porque só pode realizar-se em convivência com outras autonomias (Demo, 2005)³⁰, mas pode ser alargada, dependendo de colocar em marcha estratégias e habilidades de sua construção incessante, entre elas aprender,

*... será trabalho
também o não-
trabalho, porque se
viver é trabalhar,
deixar de
trabalhar ainda é
viver e, portanto,
trabalhar.*

conhecer, formar-se, organizar-se politicamente. Referência central da politicidade humana é trabalho, através do qual pode construir espaços e principalmente construir-se em sociedade. A discussão atual em torno da construção de subjetividades pelo trabalho é emblemática (Negri/Hardt, 2004)³¹.

Sexto, não poderia ficar de fora do trabalho o desafio de saber pensar, não só no sentido físico de que o cérebro consome energia incessantemente para manter-se em funcionamento, crescer, ampliar sua abrangência interpretativa, mas principalmente no sentido imaterial de constituir-se sujeito capaz de história própria, individual e coletiva.

Se olhássemos mais atentamente as disputas milenares, por vezes muito sangrentas, em torno do conhecimento criativo, alternativo, disruptivo (a Inquisição, por exemplo) (Burke, 2003)³², perceberíamos mais facilmente quanta energia se despende, desperdiça e gira em torno dessa atividade considerada uma das mais fundamentais da existência humana. Por vezes, escutamos a alegação de que saber pensar cansa, sugerindo que, na escola e na universidade, evita-se pensar, para evitar cansaço. Em vez de ler um livro inteiro, prefere-se um resumo ou o que consta da orelha do livro. Quem se decide a fazer mestrado e/ou doutorado tem idéia do cansaço implicado, sem falar em conhecimento proibido, tutelado, imposto (Shattuck, 1996; Rescher, 1987)³³. Mas, focando no lado positivo, saber pensar é um dos trabalhos mais pertinentes humanos, fundamento essencial das tecnologias e, em especial da cidadania, quando se consegue, em condições apropriadas, preferir a autoridade do argumento ao argumento de autoridade (Demo, 2005a)³⁴.

Sétimo, será trabalho também o não-trabalho, porque se viver é trabalhar, deixar de trabalhar ainda é viver e, portanto, trabalhar. Por uma confusão apressada, tendemos a não ver trabalho no lazer, na diversão, no esporte. Os atletas profissionais, por vezes, trabalham até morrer (literalmente). Ver televisão também cansa. Rir demais enjoa. Esta perspectiva é hoje melhor visualizada em momentos em que, deixando de trabalhar, as pessoas, em vez de se sentirem mais realizadas, perdem o sentido da vida. É o caso precípua da aposentadoria. Aqui aparece o desvirtuamento capitalista: cessa o trabalho capitalista, e, por cessar este, imaginamos que já não o que trabalhar. A aposentadoria é, a rigor, outro modo de trabalhar, quando seria possível dedicar-se melhor à auto-realização. Por vício e submissão capitalista, sentimos falta da exploração, ainda que haja, na esfera capitalista, trabalhos certamente compensadores,

como aqueles de altos salários. Disso ninguém reclama, porque a “mais-valia” aí embutida vale a pena! De certa maneira, a relação capitalista do trabalho incute no trabalhador o trabalho como único sentido da vida, muitas vezes roubando-lhe as melhores horas da vida, todo dia. Cessando o trabalho, não sabe o quê fazer e, em vez de, por isso, viver mais e melhor, morre antes. É por isso fundamental saber entender ócio, lazer, aposentadoria como horizontes alternativos de trabalho, possivelmente mais realizadores e auto-realizadores. No marxismo, é comum a expectativa de que o “homem novo” não trabalha, o que é absurdo, não só porque, sendo trabalho a categoria fundante da sociedade em Marx, não haveria como não trabalhar, mas principalmente porque os “trabalhadores livres associados” continuam “trabalhadores”, certamente livres da lógica abstrata da mercadoria, mas sempre trabalhadores. Quem condena ou desprestigia trabalho quase sempre não precisa “trabalhar”, ou explora trabalho alheio.

Oitavo, trabalho sinaliza o pulsar profundo da natureza que precisa trabalhar para evoluir, do ser humano

*... trabalho
sinaliza o pulsar
profundo da
natureza que
precisa trabalhar
para evoluir, do
ser humano que
precisa trabalhar
para formar-se,
fazer-se.*



que precisa trabalhar para formar-se, fazer-se. Abarca um mundo sem fim de potencialidades que vão desde a arte, a religião, a convivência possível até à lógica abstrata da mercadoria. Trabalho não é apenas sina, tortura, é realização e auto-realização, quando conseguimos trabalhar com prazer, por prazer, quando desabrochamos a subjetividade em experiências de sociabilidade alternativa, quando, para além das disputas e competitividades, nos perdemos em solidariedades abrangentes. Daí a injustiça flagrante que desconhece como trabalho o trabalho das mulheres em casa, como se cuidar da família fosse coisa apenas de mulheres ou coisa irrelevante que não geraria valor vital para a sociedade. Assim como todo ser vivo luta para aprender, existir, sobreviver, manter-se vivo, disputar lugar próprio, assim os seres humanos não podem evitar trabalhar como condição de existência. Se assim é, melhor será ver o trabalho com bons olhos, sem perder de vista suas faces negativas. Não trabalhar é morrer, disso sabem os idosos que, desiludidos com a aposentadoria, gostariam de trabalhar, não aquele trabalho fastidioso e vazio da fábrica, mas aquele que realiza valores e sobretudo auto-realiza as pessoas e comunidades. Disso sabem as crianças que precisam estudar firme para divisar um futuro melhor. Disso sabem as mulheres que precisam dividir as energias entre maternidade e profissão. Disso sabem os trabalhadores, mesmo quando espoliados ignobilmente pelo capitalismo. Disso sabem os voluntários que querem trabalhar para os outros.

2. TRABALHO IMATERIAL

Valho-me da análise do trabalho imaterial de Gorz, menos orientado por suas promessas altissonantes de uma sociedade mais igualitária, mas interessado na percepção



criativa de novas condições do trabalho na sociedade atual, na qual conhecimento tornou-se a “principal força produtiva” (2005)³⁵, rumo a um tipo de sociedade alternativa, resultante da própria dinâmica produtiva inovadora da ciência e tecnologia. A economia do conhecimento é “uma forma de capitalismo que procura definir suas categorias principais – trabalho, valor e capital”, afastando-se de paradigmas anteriores fundados em unidades de produção, em especial no tempo de trabalho. De fato, na economia do conhecimento, todo trabalho, seja industrial ou de serviços, contém “um componente de saber cuja importância é crescente”. Não se trata do tipo de conhecimento formalizado, padronizável, informatizável, da ordem sintática, por isso substituíveis pela máquina, mas daquele insubstituível, propriamente criativo, surpreendente, semântico, que apreendemos no “saber da experiência, no discernimento, na capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação”³⁶, numa palavra, no “saber pensar” (Demo, 2000a; 2005a)³⁷ complexo, não linear, crítico e autocrítico. Por ser tipicamente conhecimento criativo, surpreendente, os trabalhadores aprendem de maneira não predeterminada, nem ditada. Exige envolver-se com a dinâmica mais genuína da aprendizagem reconstrutiva e desconstrutiva, interpretativa e hermenêutica, uma espécie de investimento em e de si mesmo, muitas vezes acolhido pelos empresários como “motivação”. Todo especialista bem formado também o gera, mas é próprio da comunicação

despadronizadora, daquela que o computador até o momento não conseguiu digitalizar, porque seus padrões são fluidos como toda interpretação semântica. A qualidade da produção, aquela produtividade competitiva que garante a dianteira de empresas criativas, depende desse comprometimento, a saber, da aprendizagem ao mesmo tempo criativa e comprometida, cujos critérios de medida não são usuais. No fundo, sua valoração depende do julgamento dos chefes ou dos clientes. Nesse sentido, o trabalho, como era comumente visto na condição de valor produzido em cada mercadoria, mensurado por horas de trabalho acumuladas, deixa de ser mensurável, tornando-se cada vez mais imaterial. A criação do valor das mercadorias passa a depender muito mais deste componente comportamental e motivacional, exercitado permanentemente por processos sempre reavivados de aprendizagem reconstrutiva, em vez do tirocínio aí despendido. Em geral, tais fatores são compreendidos como “capital humano” das empresas. Segundo Gorz³⁸, uma vez desfeitas as relações salariais convencionais, o modo como o capital regula os seres humanos tomou outra configuração: os empregados são forçados a se conceberem como empresários de si mesmos, dando conta, por iniciativa própria de aprendizagem ilimitada, da concorrência. A pressão da concorrência é respondida pela habilidade potencializada *ad infinitum* de cada empregado, na condição de capital humano da empresa, o capital propriamente criativo e alternativo. Em vez do trabalhador que depende do salário, entra em cena o empresário de sua própria força de trabalho, garantindo ele mesmo sua formação permanente. No lugar da exploração, entra a “*auto-exploração e a autocomercialização do ‘Eu S/A’, que rendem lucros às grandes empresas clientes do auto-empresário*”³⁹.

O aproveitamento capitalista do conhecimento se faz pela via do saber “morto”, objetivada em

máquinas, instalações e processos padronizáveis. A capitalização do conhecimento chegou a uma fronteira nova, pois todo conhecimento formalizável, padronizável pode ser abstraído de seu suporte material e humano, passando a uma condição de multiplicação quase sem custos, como ocorre sob a forma de *software*, podendo ser utilizado ilimitadamente por máquinas de padrão universal. Quanto mais se espraia, dissemina, mais é útil à sociedade, embora seu valor mercantil, ao contrário, decaia na mesma proporção, tendendo a zero, quando for de domínio público. O fenômeno fundamental

Riqueza deveria ser o bem comum enriquecido em nome de todos, com base no saber pensar coletivo.

é que o conhecimento se torna bem comum acessível a todos. Assim, uma economia autêntica do conhecimento poderia corresponder a um tipo de comunismo do saber, no qual relações monetárias e de troca seriam dispensáveis. Para evitar esse efeito igualitário, o capitalismo impõe a apropriação privada do conhecimento, tornando-o escasso, à revelia do fato de não poder ser manipulado como mercadoria. Seus custos de produção, freqüentemente, não podem ser determinados, seu valor mercantil não coincide com tempo de trabalho gasto em sua criação. Monopolizar o conhecimento é a saída do capitalismo, criando artificialmente a escassez, subsumindo-

se conhecimento à lógica abstrata da mercadoria. Na prática, porém

a criação de valor e a criação de riqueza se afastam uma da outra de modo cada vez mais visível, sem que com isso sejam solucionados os problemas fundamentais de um capitalismo que aproveita cada vez menos trabalho, distribui cada vez menos moedas, com um excedente de capital sobre uma carência de demanda solvente e a subtraí às bases de uma sociedade, cujos custos de estruturação e reprodução ele procura economizar mediante a privatização dos serviços públicos, do ensino, da saúde e da previdência social⁴⁰.

Insinua-se uma redefinição da riqueza. O crescimento econômico, como regra, funda-se na pilhagem do bem comum e no desmonte da coletividade, produzindo miséria em vez de prosperidade e impondo como riqueza a concentração mercantilizada de bens privadamente apropriados. Riqueza deveria ser o bem comum enriquecido em nome de todos, com base no saber pensar coletivo. É isso que buscam os movimentos antiglobalização, quando reagem, já violentamente, ao desmonte da coletividade, à modernização predatória dos países em desenvolvimento, à privatização do saber, do conhecimento e do bem comum. Entre seus ativistas, Gorz destaca os *backers*, por atuarem na “*esfera mais importante para o capital: a esfera da produção, disseminação, socialização e organização do saber*”⁴¹. São os dissidentes do capitalismo digital, oferecendo à coletividade, com freqüência, *softwares* mais criativos e nisto confrontando-se abertamente com o monopólio capitalista. Aparece neles a criatividade desimpedida capaz de sinalizar, pelo menos numa parte deles, um estilo alternativo de sociedade mais livre e cooperativa. Uma verdadeira sociedade do saber seria igualitária. “*Em contraste com as concepções correntes, o saber aí não aparece como um saber objetivado, composto de conhecimentos e formações, mas sim como atividade social que constrói relações comunicativas, não submetidas a um comando*”⁴². Embora me pareça

um pouco romântica essa visão dos *backers*, porque há muitos que apenas confirmam o caráter predatório do capitalismo de mercado, é possível divisar neles um tipo de reação crítica criativa.

*Saber pensar
não se presta
à apropriação
privada, nem à
troca comercial,
pois não se reduz
a uma substância
materializada
cambiável.*

Cumpramos questionar a racionalidade cognitiva experimental, já que, ao contestarmos a instrumentalização do humano e do vivo, implicamos contestar igualmente a orientação da ciência e do modo como vem sendo construída. O parentesco entre ciência e capital é flagrante. Redefinindo o conceito de riqueza cultural e economicamente, segue a redefinição da ciência. Esta sempre esteve vinculada/subordinada ao capital, preparou o caminho para ele, isolando o mundo sensível e concebendo a realidade como sistema de relações encaixado na lógica do cálculo matematizado da razão instrumental. Haveria uma espécie de conluio entre esta quantificação obsessiva da realidade e a inteligência artificial, apercebida esta como tentativa de emancipar o capital do planeta e de seus habitantes, para reduzir tudo à lógica abstrata da mercadoria. De fato, no debate sobre ciberespaço não faltam tendências de combate ao corpo e à subjetividade (Silva, 2001; 2002)⁴³, sem falar no apreço a um tipo exacerbado de

biotecnologia que poderia reinventar o ser humano como máquina artificial (Hayles, 1999)⁴⁴. Mas isso é um lado da questão, havendo outros horizontes mais alternativos e que, por exemplo, são os dos *backers* bem intencionados. O fato de a globalização competitiva saber aproveitar-se das novas mídias não faz dessas vilões inevitáveis da história. A crítica mais pertinente, parece-me, é aquela voltada contra uma ciência subordinada ao capital (Aronowitz, 2000. Santos, Laymert G., 2003)⁴⁵. Vários modos de produção coexistem hoje, mas, aquele capitalismo amparado na valorização de grandes massas de capital fixo material é, cada vez mais, substituído por uma dinâmica pós-moderna que valoriza o capital imaterial, “qualificado também de ‘capital humano’, ‘capital conhecimento’ ou ‘capital inteligência’” (Gorz, 2005)⁴⁶. Tais transformações implicam metamorfoses do trabalho, entre elas a de que o trabalho abstrato simples tido como fonte do valor é substituído por trabalho complexo. Trabalho material, mensurável em unidades de produto por unidade de tempo, vira trabalho imaterial, não mensurável. Conhecimento aparece como força produtiva principal. Gorz lembra que o próprio Marx já notara que o conhecimento se tornaria “*die grösste Produktivkraft*” (a maior força produtiva)⁴⁷. A medida da riqueza transfere-se para o “*nível geral da ciência e do progresso da tecnologia*” (Marx, 1953)⁴⁸.

Esta inteligência geral, diferente do conhecimento padronizável e objetivado, não se reduz a quantidades seqüenciais abstratas ou a produtos mensuráveis⁴⁹. Ela designa uma variedade de habilidades heterogêneas, sem medida comum, por exemplo, julgamento, intuição, senso estético, nível de formação e informação, capacidade de aprender e de se adaptar a novas situações imprevistas; vão do cálculo matemático à retórica e à arte de convencer, da pesquisa técnico-científica à invenção de normas estéticas. Entra em cena a crise da mensuração do valor, pois, quando o tempo socialmente

necessário para produzir algo se torna incerto, a incerteza invade o valor de troca. Saber pensar não se presta à apropriação privada, nem à troca comercial, pois não se reduz a uma substância materializada cambiável. Para o capital, é crucial restringir conhecimento a uma mercadoria privatizável. Este é o problema do capital agora: apropriar-se de, valorizar e subsumir uma dinâmica produtiva imaterial que já não se prende ao estilo de produção anterior. O capital quer capitalizar o conhecimento, para manter-se nos padrões de acumulação física para economizar mais trabalho do que originalmente custou, controlar o processo para extrair mais-valia, e, por fim, tornar-se propriedade privada, monopolizada.

Ao transformar conhecimento em capital imaterial, o capitalismo opera um milagre que vira logo uma miragem. O milagre está na abundância à vista; a miragem está na apropriação privada do que é, de si, gratuito, para todos e de todos, tornando o trabalhador cada vez mais supérfluo. Gorz enfatiza o que dá, hoje, valor aos produtos, para vendê-los com lucro máximo: é a capacidade que uma empresa tem de se ligar a uma clientela, fidelizá-la, fazê-la comprar, sem grandes custos, as últimas novidades, persuadi-la do valor incomparável do que se oferece. A dimensão imaterial dos produtos passa a levar vantagem sobre sua realidade material. O valor simbólico, estético, social se sobrepõe ao uso prático e o valor de troca. Na Bolsa, isso ocorre com frequência cada vez maior: enquanto o capital fixo material é



desvalorizado ou ignorado, o capital imaterial é estimado sem base mensurável. A resposta predatória do capitalismo vigente é tentar monopolizar o conhecimento, mas quase sempre a custos proibitivos, porque vaza por todas as partes. Por ser imaterial, esse processo produtivo permite que se produza o consumidor, no sentido de aticar seus desejos e vontades, invadindo sua vida privada sem peias, transformando tudo em mercadoria. A intimidade é devassada e vendida a público na mídia. É tarefa difícil para o capital apropriar-se da imaginação coletiva, da linguagem, da semântica social. A manipulação da linguagem torna-se estratégia frontal, tanto para produzir esferas de consumo, quanto para criar símbolos irresistíveis, combinando tudo com o caráter imaterial desse processo produtivo. Gorz cita a inflação do conceito de capital: cultural, de inteligência, de educação, de experiência, social, natural, simbólico, humano, de conhecimento ou cognitivo. Esse tipo de capital, entretanto, não é mais aquele econômico, porque não é produzido ou adquirido como propriedade privada. Torna-se mais rico enquanto se partilha.

Essa nova forma de capital não é originalmente acumulada para servir de meio de produção, mas para satisfazer a necessidade, a paixão de conhecer, ou seja, para penetrar a verdade do que está além das aparências e das utilizações. Ela não resulta do sobrevalor tirado da exploração do trabalho; ela é riqueza e fonte de riqueza mesmo quando dela não nasce nada que possa ser vendido. Ela não pode aumentar ao

circular sob a forma valor, ao contrário: é ao se difundir como bem acessível a todos que ela engendra conhecimentos suplementares. Suas propriedades, em suma, se opõem ponto por ponto àquelas do capital em sentido econômico. O 'capital conhecimento' não pode funcionar como capital senão no quadro, ou melhor, no interior do capitalismo, quando ele é alterado por sua associação com as formas tradicionais, financeiras e materiais do capital. Ele não é capital, no sentido usual, e não tem como destinação primária a de servir à produção de sobrevalor, nem mesmo de valor, no sentido usual. Ele não significa o advento de um hipercapitalismo ou de pancapitalismo, como sua denominação poderia fazer acreditar, mas, ao contrário, contém os germes de uma negação e de uma superação do capitalismo, do trabalho como mercadoria e das trocas comerciais (Gorz, 2005)⁵⁰.

Dá a pergunta que Gorz quer apresentar: estaríamos rumo a um comunismo do saber? O que seria, aí, riqueza? Não sendo saber mercadoria qualquer, o valor monetário não se fixa e prende. Uma vez digitalizado, pode multiplicar-se sem fim e sem custos. A propagação não o gasta, aumenta a fecundidade, enquanto a privatização o depreda. A autêntica economia do saber evoluiria para a economia comunitária, na qual categorias centrais da economia política perderiam seu valor e a força produtiva mais importante ficaria disponível sob custo zero. O capitalismo, para afirmar-se como capitalismo do saber, precisa usar recurso farto – a inteligência humana –, transformando essa fartura em escassez. Emerge outra noção de riqueza, não mais na rota da mercantilização de tudo e que a tudo degrada, mas como confluência da afluência comum.

Alienação do trabalho coincidia com alienação da essência humana. O ser humano perde sua essência ao encontrar-se alienado.

3. TRABALHO COMO REALIZAÇÃO E AUTO-REALIZAÇÃO

Quando Marx falava de alienação, estranhamento, referia-se, bem concretamente, ao trabalho, entendido como essência humana. Esta expressão é exagerada, mas ele assim pensava. Alienação do trabalho coincidia com alienação da essência humana. O ser humano perde sua essência ao encontrar-se alienado. Entretanto, marca o trabalho sua intensa ambigüidade, que vai desde a maior dignidade e a própria construção da dignidade, até o vilipêndio mais deletério, como ocorre na relação mercantilizada laboral. Um dos horizontes mais ambíguos vemos hoje no anseio desesperado de desempregados que querem entrar no mercado a qualquer custo, aceitando qualquer condição de trabalho. Quando escutamos empregados recentes, também de salário mínimo, manifestando visível satisfação por, finalmente, terem conseguido um lugar, é difícil saber se é o caso aplaudir ou condenar. Qualquer trabalho é melhor que trabalho nenhum, um horizonte totalmente divorciado da idéia da OIT de “emprego decente” (UNDP, 2005)⁵¹. Com isso alastra-se o trabalho precário, avolumando como nunca



o assim chamado setor informal, atingindo já dois terços da população economicamente ativa no Brasil. Ou seja, trabalho legalizado é coisa minoritária. Mesmo assim, para muitos não existe coisa mais importante na vida do que trabalhar, seja lá o que for, tamanha é a premência social. Este sarcasmo penetra o tecido social inteiro, chegando a invadir espaços dos direitos mais fundamentais como trabalho infantil ou escravo. De pouco valem leis que se postam contra tais vilipêndios se as pessoas precisam desesperadamente trabalhar. Aqui a importância do trabalho manifesta-se na sua revelia, no outro lado da medalha. Preocupados com o abuso do trabalho, facilmente fixamos o olhar nisso e vamos, aos poucos, sub-repticiamente, elaborando a ojeriza do trabalho, facilmente encontrada em ambientes assistencialistas. Parece, então, assomar a expectativa de que trabalho seria algo a ser evitado, acenando para modos de sobrevivência marcados pela dependência assistencialista. Coisa pobre para o pobre (Demo, 2003)⁵². É comum essa noção em certa esquerda que busca interpretar o “homem novo” como alguém liberto do trabalho, algo que considero totalmente estranho em Marx. A libertação preconizada por Marx é a libertação do trabalho espoliado no modo de produção capitalista. O comunismo não é uma sociedade em que não se trabalha, já que é a sociedade dos “trabalhadores livres associados”. Para Marx, não existe realização humana, bem como auto-realização, sem trabalho, porque trabalho é a energia fundamental deste processo histórico.

Urge, pois, ver também o lado alvissareiro do trabalho, sem produzir alienações apressadas. Apesar de sua tremenda ambigüidade, trabalho pode, num primeiro momento, ter **valor educativo** eminente, como sabem todos os pais e educadores. Em geral, essa expectativa decai para moralismos fúteis, como a estigmatização unilateral da ociosidade, tomando trabalho como “qualquer coisa” só para não ficar desocupado, mas, afora isso, possui

enorme potencialidade, porque é instrumento crucial de formação humana. Como vimos, estudar é trabalhar, um dos trabalhos mais edificantes do ser humano, porque é caminho possível de construção da autonomia. Muitas faces podem ser valorizadas: i) auto-sustentar-se, evitando depender dos outros; ii) agregar aportes próprios a esforços coletivos; iii) saber ocupar-se produtivamente; iv) construir personalidade suficientemente disciplinada, sistemática, como requer trabalho bem feito; v) focar atividades de reconhecimento social, como aparece na expressão vulgar da “pessoa trabalhadora”, para designar que não é ociosa, dada a vícios e a malefícios, não confiável. Trabalho pode ter **valor cultural**, se soubermos entender a construção histórica da cultura comum como trabalho coletivo, no



qual se reconhece a criatividade própria. Não se trata apenas de trabalho produtivo, mas da produção da existência como empreitada comum, desde cultivar a terra até fazer poesia ou discutir política em praça pública. Obviamente, trabalho pode ter **valor produtivo**, o foco mais observado em nossa sociedade, já obsessivo. De certo modo, o sistema educacional é subserviente a esta idéia: por mais que jure dedicar-se à formação humana (Demo, 2004a)⁵³, o que está em xeque, como regra, é um lugar eminente no mercado (Ioschpe, 2004)⁵⁴. Entretanto, fazem mal os educadores que resistem a tomar em conta a importância do trabalho produtivo na vida das pessoas. Educação não tem como orientação maior o mercado, mas perde o chão se ignorar o mercado. É equívoco de políticas sociais excluir o trabalho produtivo de processos de ressocialização de jovens, por exemplo, como se trabalho de mentirinha fosse preferível. Trabalho pode ter também **valor terapêutico**, não só para esquecer outros problemas da vida (ocupar a cabeça), mas principalmente como componente de um projeto auto-realizador de vida. Ficar sem fazer nada pode ser desgraça insuportável, ainda que isso não possa acobertar o apego obsessivo ao trabalho (*workaholic*). É assunto decisivo para aposentados que precisam ocupar-se, não apenas para passar o tempo, mas para dar sentido ao tempo. Mais do que nunca, aí trabalhar faz bem. Trabalho pode ter enorme **valor pessoal**, expresso em atividades que implicam doses intensas de energia positiva (Seligman, 2002)⁵⁵, fazendo parte da noção e da prática da felicidade pessoal. Muitas vezes, entende-se esse horizonte como “*bobby*”, coisa em geral fútil, superficial, mas que pode, em determinadas circunstâncias, perfazer o sentido da vida. Neste caso, pessoas que sabem trabalhar aquilo que lhes proporciona profundo prazer possuem chances muito mais elevadas de auto-realização. Não há nada mais triste do que todo dia ir trabalhar o que se detesta. Trabalho

pode ter **valor coletivo**, no sentido de ser contribuição própria para projetos ligados ao bem comum. Une-se a auto-realização com a realização comum.

É preciso estar atento às metamorfoses do trabalho (Castel, 1998)⁵⁶, também à sua inserção no mundo virtual, onde se desenha já um “cibertariado”, ou seja, um proletariado cibernético (Huws, 2003)⁵⁷. Ocorre degradação do trabalho também na “gestão do conhecimento”,

(...) porque a gestão do ‘conhecimento e da competência’ está inteiramente conformada pelo receituário e pela pragmática presente na ‘empresa enxuta’, na empresa liofilizada, que, para ser competitiva, deve reduzir ainda mais o trabalho vivo e ampliar sua dimensão tecnocientífica, o trabalho morto, cujo resultado não é outro senão o aumento da informalidade, da terceirização, da precarização do trabalho e do desemprego estrutural em escala global. E, ao apropriar-se da dimensão cognitiva do trabalho, ao apoderar-se de sua dimensão intelectual, os capitais ampliam as formas e os mecanismos da geração do valor, aumentando também os modos de controle e de subordinação dos sujeitos do trabalho, uma vez que se utilizam de mecanismos ainda ‘mais coativos, renovando as formas primitivas de violência na acumulação, uma vez que – paradoxalmente –, ao mesmo tempo, as empresas necessitam cada vez mais da cooperação ou ‘envolvimento’ subjetivo e social do trabalhador’ (Antunes, 2005)⁵⁸.

A classe trabalhadora se expande, embora reestruturada. *“Ao contrário, portanto, do fim ou da redução de relevância da teoria do valor-trabalho, há uma qualitativa alteração e ampliação das formas e mecanismos de extração do trabalho”*⁵⁹. O neoliberalismo perdeu toda condição de dar conta da inserção maciça da população ativa no mercado, porque sua lógica competitiva globalizada se posta avessa completamente. Os empregos escasseiam. Trabalhar mal vai se tornando a tônica, em especial para a multidão desqualificada. Pleno emprego é balela. Mas é desta balela que imensas populações correm atrás.

Mendigar por trabalho, qualquer trabalho, é a sorte que resta a muitos. Nisto Marx mantém sua razão: poucas coisas aviltam mais o ser humano do que roubar-lhe o trabalho. O exército de reserva está hoje mais avolumado, burilado, qualificado, maquiado, perfazendo a reserva necessária para rebaixar salários. A resposta conhecida é assistência, porque, ao propor coisa pobre para o pobre, o acalma e o sistema gasta pouco. Cabe nas sobras orçamentárias. Inserir no mercado parece conto da carochinha. O combate à pobreza torna-se farsante quando esquece a dimensão do trabalho. Não se trata

O
trabalho mais profundo do ser humano é a habilidade de fazer-se sujeito de história própria, construir sua autonomia relativa, arquitetar mundos alternativos.

de recuperar o liberalismo americano de empurrar, a ferro e fogo, os pobres para o mercado, até porque esta pressão supõe o que não existe: emprego decente à vontade. Trata-se de alcançar que as pessoas consigam auto-sustentar-se como proposta mais digna de vida.

Ao mesmo tempo, há que alargar os horizontes positivos do trabalho, em especial do trabalho imaterial. Embora as idéias de Gorz (2005)⁶⁰ pareçam, por vezes, mirabolantes, sinalizam outros questionamentos

importantes, em especial a habilidade de saber pensar. Também ambígua (nem sempre quem sabe pensar aprecia que outros também saibam), aponta para a capacidade humana de construção da autonomia relativa e inovação incessante. Como previu Marx, a mais-valia relativa significaria enorme mudança na produtividade que ele sequer conseguia antever. Um dos traços mais marcantes dessa mudança está na passagem do trabalho braçal, corporal, para o trabalho imaterial. O trabalho imaterial supõe, naturalmente, a base material corporal, porque não há pensamento sem massa cinzenta. Mas o horizonte do trabalho imaterial é muito mais incomensurável, embalado hoje pelas novas tecnologias representadas pelo computador e a nova mídia. Mudam fortemente as condições de trabalho, em especial por conta do trabalho virtual. O que está em jogo é a inovação criativa permanente, aquela de teor semântico interpretativo, autopoiético. Força bruta é bem menos importante do que habilidades mentais. Inovar, sobretudo inovar-se, é condição crucial de realização e de auto-realização. Se daí poderia surgir uma sociedade alternativa, tipicamente igualitária, é promessa a ser verificada. De todos os modos, o saber pensar, advindo de um equipamento comum que todo ser humano possui (cérebro e sentidos), poderia ser assumido como patrimônio comum, fora da lógica abstrata da mercadoria. O mercado capitalista tenta aprisionar esta energia indomável, disruptiva para lucro próprio e também porque teme o questionamento (Collins/Pinch, 2003; Gandelman, 2004)⁶¹. Por isso parte o saber pensar em duas metades esquizofrênicas: fica com a qualidade formal, reprime a qualidade política.

Quem inventar um trabalhador crítico, mas não autocrítico.

O trabalho mais profundo do ser humano é



a habilidade de fazer-se sujeito de história própria, construir sua autonomia relativa, arquitetar mundos alternativos. Formar-se é seu trabalho. Não cessa nunca, a não ser quando cessamos de vez. É vício capitalista reduzir trabalho à expressão produtiva mercantilizada, desprezando todas as outras dimensões infinitas das expressões de desenvolvimento. Não trabalhar também é trabalho, porque o corpo, quando descansa, trabalha para se manter. O corpo não é massa inerte que, por vezes, intermitentemente, trabalha. Sendo uma entidade energética incessante, trabalha como condição de existência. Por isso, trabalhar pode ser prazer. Essa imagem forte do trabalho formativo, criativo, disruptivo pode ser visualizada na evolução em geral silenciosa, por vezes explosiva, da natureza. Criativa ao extremo em sua biodiversidade, até à geração do ser humano, trabalha em silêncio, trabalha explodindo, não cessa de trabalhar. Trabalho, usando expressão de Prigogine (1996)⁶², é a dialética da natureza. Também é do ser humano.

NOTAS:

¹WEBER, M. **Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo : Cia das Letras, 2004.

²GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo : Annablume, 2005.

³NEGRI, A.; HARDT, M. **O trabalho de Dionísio**: para a crítica ao Estado pós-moderno. Juiz de Fora : UFJF, 2004.

⁴ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000: **Id. O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo : Boitempo Editorial, 2005.

⁵Veja texto eletrônico: www.cultvox.com.br – Demo, P. Educação e trabalho: uma tentativa de ver o trabalho com bons olhos, Editora Companhia.

⁶DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo : Atlas, 2000. p. 13 ss.

⁷**Id. Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São

Paulo : Atlas, 2002.

⁸SCHRÖDINGER, E. **O que é vida?** O aspecto físico da célula viva. São Paulo: Ed. Unesp, 1997; DAVIES, P. **The fifth miracle**: the search for the origin and meaning of life. New York : Simon & Schuster, 1999.

⁹O'CONNOR, A. **Poverty knowledge**: social science, social policy, and the poor in twentieth-century U.S. History. Princeton: Princeton University Press, 2001; GOODE, J.; MASKOVSKY, J. 2001. **The new poverty studies**: the ethnography of power, politics, and impoverished people in the United States. New York : New York University Press, 2001.

¹⁰NEGRI, A.; HARDT, M. (2004) **op. cit.**

¹¹**Id. ibid.**, p. 9.

¹²**Id. ibid.**, p. 10.

¹³MATIAS, E. F. P. A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2005.

¹⁴NEGRI, A.; HARDT, M. (2004) **op. cit.**, p. 16.

¹⁵DEMO, P. **Éticas multiculturais**: sobre convivência humana possível. Petrópolis, RJ : Vozes, 2005.

¹⁶ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E. **Para leer el capital**. México : Siglo XXI, 1970; ALTHUSSER, L. **La revolución teórica de Marx**. México : Siglo XXI, 1971.

¹⁷DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo : Cortez, 1985.

¹⁸NEGRI, A.; HARDT, M. (2004) **op. cit.**, p. 24.

¹⁹MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo : Boitempo, 2002.

²⁰CASTELLS, M. **The rise of the network society**: the information age – economy, society and culture. Oxford: Blackwell, 1997. v. 1.

²¹LEWIS, M. **The new new thing**: a silicon valley story. New York : W.W. Norton & Company, 2000; SCHILLER, D. **Digital capitalism**: networking the global market system. Massachusetts: The MIT Press, 2000.

²²KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

²³MATURANA R., H; VARELA G.F.J. **De máquinas e seres vivos**: autopoiese – a organização do vivo. Porto Alegre : Artes

Médicas, 1997; MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Org. de C. Magro e V. Paredes. Belo Horizonte : Ed. Humanitas/UFMG, 2001.

²⁴DEMO, P. **Metodologia científica** em ciências sociais. São Paulo : Atlas, 1995.

²⁵VARELA, F. J., THOMPSON, E.; ROSCH, E. **The embodied mind**: cognitive science and human experience. Massachusetts: The MIT Press, Cambridge, 1997.

²⁶DEMO, P. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre : Mediação, 2004.

²⁷**Id. Educação e trabalho**: uma tentativa de ver o trabalho com bons olhos. Editora Companhia, 1999. Disponível em: <www.cultvox.com.br>.

²⁸**Id. Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo : Atlas, 2002.

²⁹WAAL, Frans de. **Chimpanzee politics**: power and sex among apes. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2000; BOEHM, C. Hierarchy in the forest: the evolution of egalitarian behavior. Massachusetts : Harvard University Press, 1999.

³⁰DEMO, P. (2005) **op. cit.**

³¹NEGRI, A ; HARDT, M. (2004) **op. cit.**

³²BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro : Zahar, 2003.

³³SHATTUCK, R. **Forbidden knowledge**: from Prometheus to pornography. New York : St. Martin's Press, 1996; RESCHER, N. **Forbidden knowledge**: and other essays of the philosophy of cognition Dordrecht: D. Reidel Publisher Co., 1987. (Episteme, v. 13).

³⁴DEMO, P. **Argumento de autoridade X autoridade do argumento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005a.

³⁵GORZ, A. (2005) **op. cit.**, p. 9.

³⁶**Id. ibid.**

³⁷DEMO, P. (2000a) **op. cit.**; **Id. (2005a) op. cit.**

³⁸GORZ, A. (2005) **op. cit.**, p. 10.

³⁹**Id. ibid.**

⁴⁰**Id. ibid.**, p. 11.

⁴¹**Id. ibid.**, p. 12.

⁴²**Id. ibid.**

RESUMEN

Pedro Demo. Trabajo: ¿sentido de la vida!

Este texto discute la importancia del trabajo en la vida de las personas, considerando que se trata de una controversia interminable. Contrariamente a lo que se supone, el trabajo no es una categoría social en retroceso. En el contexto de una sociedad en la cual el conocimiento es intensivo (plusvalía relativa) y que rebasa aquella otra, antigua, del trabajo predominantemente manual (plusvalía absoluta), pareciera que ya se trabaja menos, cada vez menos. Pero eso sólo tiene validez en un cierto sentido, con relación al trabajo más noble. Para la gran mayoría de la población, trabajar es un fatal desiderátum y tanto es así que más tiempo hubiera, más se trabajaría y eso, por lo general, únicamente para sobrevivir. El trabajo no es el sentido de la vida, pero es parte de ella. Por eso sigue siendo fundamental tomar en cuenta que – como decía Marx – una vida enajenada es una vida de trabajo enajenado.

Palabras clave: Trabajo; Trabajo inmaterial; Conocimiento; Valor; Concepto; Autorrealización; Teoría política.

⁴³SILVA, T. T. **Nunca fomos humanos.** Belo Horizonte : Autêntica, 2001; Id. Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte : Autêntica, 2002.

⁴⁴HAYLES, N.K. **How We became posthuman:** virtual bodies in cybernetics, literature, and informatics. Chicago : University of Chicago Press, 1999.

⁴⁵ARONOWITZ, S. **The knowledge factory:** dismantling the corporate university and creating true higher learning. Boston : Beacon Press, 2000; SANTOS, Laymert G. Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo : Editora 34, 2003.

⁴⁶GORZ, A. (2005) **op. cit.**, p. 16.

⁴⁷Expressão encontrada nos Grundrisse. MARX, K. (1953) **op.cit.**, p. 593.

⁴⁸MARX, K. (1953) **op. cit.**, p. 592. Gorz interpreta passagens surpreendentes dos *Grundrisse*: “O trabalho imediato e sua quantidade não mais aparecem como o principal determinante da produção”, mas então apenas ‘como um momento indispensável, porém subalterno em relação à atividade científica geral’ (p. 587 dos *Grundrisse*). O ‘processo de produção’ não poderá mais ser confundido com um ‘processo de trabalho’. É interessante notar a hesitação na terminologia marxiana. Trata-se tanto do ‘nível geral da ciência’ (*der allgemeine Stand der Wissenschaft*), quanto dos ‘conhecimentos gerais da sociedade’ (*das allgemeine gesellschaftliche Wissen, knowledge*) (p. 594 dos *Grundrisse*); ora se trata do general intellect, ora das ‘potencialidades gerais do cérebro humano’ (*die allgemeinen Mächte des menschlichen Kopfes*), ora da ‘formação artística, científica, etc.’, que o indivíduo poderá adquirir graças ao ‘acréscimo do tempo livre’, e que ‘retroage sobre a força produtiva do trabalho’. O que faz a liberação do tempo ‘para o pleno desenvolvimento do indivíduo’ pode ser considerada, ‘do ponto de vista do processo de produção imediata, como produção de capital fixo, esse capital fixo *being man himself*’ (p. 599 do *Grundrisse*). A idéia de ‘capital humano’ se encontra, pois, já nos manuscritos de 1857-1858. GORZ, A. (2005) **op. cit.**, p. 16-17.

⁴⁹Gorz usa “conhecimento” na acepção do saber de estilo científico formalizado, lógico, seqüencial, capaz de ser armazenado em computador dentro da lógica digital. Nesta acepção, talvez o conceito mais apropriado seria o de “informação”, na condição de conhecimento congelado, cristalizado, apanhado em sua estrutura sintática reprodutiva. Conhecimento, em sua potencialidade disruptiva, é uma

dinâmica desconstrutiva e reconstrutiva, detendo também a propriedade do saber pensar de cariz semântico, intransmissível, irreprodutível. DEMO, P. (2005a), **op. cit.**

⁵⁰GORZ, A. (2005) **op. cit.**, p. 53.

⁵¹UNDP. **Human Development Report.** New York : UN, 2005.

⁵²DEMO, P. **Pobreza da pobreza.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2003.

⁵³Id. **Sociologia da educação:** sociedade e suas oportunidades. Brasília : Plano, 2004a.

⁵⁴IOSCHPE, G. **A ignorância custa um mundo:** o valor da educação no desenvolvimento do Brasil. São Paulo : Francis, 2004.

⁵⁵SELIGMAN, M.E.P. **Authentic happiness:** using the new positive psychology to realize your potential for lasting fulfillment. New York : Free Press, 2002.

⁵⁶CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

⁵⁷HUWS, U. **The Making of a cybertariat:** virtual work in a real world. New York : Monthly Review, 2003.

⁵⁸ANTUNES, R. (2005) **op. cit.**, p. 18.

⁵⁹Id, **ibid.**, p. 19.

⁶⁰GORZ, A. (2005) **op. cit.**

⁶¹COLLINS, H. ; PINCH, T. **O Golem:** o que você deveria saber sobre ciência. São Paulo: Ed. Unesp, 2003; GANDELMAN, M. **Poder e conhecimento na economia global:** o regime internacional da propriedade intelectual: da sua formação às regras de comércio atuais. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2004.

⁶²PRIGOGINE, I. **O fim das certezas:** tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo : Ed. Unesp, 1996.